



**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM**  
**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO**  
**PARANAÍBA**  
**ATA NA ÍNTEGRA DA 113ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**Local: Sede Regional SISEMA – Praça Tubal Vilela, nº 03, Centro – Uberlândia/MG**  
**Data: 08 de agosto de 2014 às 09h00min**

Aos 08 (oito) dias do mês de agosto do ano de 2014 (dois mil e quatorze), realizou-se na Sede Regional do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA), situada na Praça Tubal Vilela, número 03 (três), Bairro Centro, município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, a 113ª (centésima décima terceira) Reunião Ordinária (RO) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), Unidade Regional Colegiada (URC), Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP). Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Sra. (senhora) Marina Sardinha Machado, 1ª (primeira) Suplente da Superintendente Regional de Regularização Ambiental do Noroeste de Minas Gerais; Sr. (senhor) José Roberto Silva, 2º (segundo) Suplente da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Sr. Flávio José Froes de Oliveira, Titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE); Sr. Eustáquio Sidnei Milanez Júnior, Titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU); Sra. Patrícia Metz Peixoto, Titular da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP); Sr. 1º (primeiro) Sargento Geraldo Hélio de Lima, 1º Suplente da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Sr. Carlos Alberto Valera, Titular da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ); Sr. José Franco Basílio, 2º Suplente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA); Sr. Gilmar Machado, Titular e Prefeito da Prefeitura do Município Sede da Unidade Regional Colegiada (PMU); Sr. Leocarlos Marques Mundim, 1º Suplente do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba – PN1; Sr. Rui Gomes Nogueira Ramos, Titular da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Sr. João Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes, 2º Suplente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Sr. Moisés Inácio Franco, Titular da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG); Sr. Marcio Adriano Bochio, 1º Suplente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (FEDERAMINAS); Sr. Fernando Ruas Machado, Titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Seção Minas Gerais (ABES/MG); Sr. Rodrigo Borges de Melo, Titular do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA/MG); Sr. Antônio Geraldo de Oliveira, Titular da Associação Cerrado Vivo para Conservação da Biodiversidade (CERVIVO); Sr. Rodrigo de Castro Amedee Peret, Titular da Ambiente e Educação Interativa (AMEDI); Sr. Reginaldo de Camargo, 1º Suplente da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). MARINA (PRESIDENTE): Bom dia a todos. Vamos dar início à Pauta da 113ª (centésima décima terceira) Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM); 08 (oito) de agosto de 2014 (dois mil e quatorze), 09h10min (nove horas e dez minutos). Vamos à Execução do Hino Nacional Brasileiro. **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro. 2. Abertura pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Dr. Danilo Vieira Júnior. Item 3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.** SARGENTO HÉLIO (POLÍCIA MILITAR): Senhora Presidente; Senhores Conselheiros; Senhoras Conselheiras; hoje eu me apresento a este Conselho, em substituição ao Subtenente Augusto, que no último dia 28



(vinte e oito) passou para o quadro dos militares da reserva. Confesso-lhes que maior que a minha disposição para o trabalho e expectativa do que tem por vir, é a alegria de integrar tão seletivo e representativo Conselho. Esperem da representação da Polícia Militar, na medida da capacidade intelectual, ponderações tendo como paradigma a Lei e norteada pelos princípios que regem a Administração Pública. Muito obrigado e espero que tenhamos uma boa convivência ao longo desses próximos meses. MARINA (PRESIDENTE): Em nome do Conselho da SUPRAM, dar as boas-vindas, estaremos à disposição. Mais algum Conselheiro? Bom, então, vamos ao Item **4. Exame da Ata da 112ª RO de 11/07/2014**. Em discussão. Em votação a Ata da 112ª RO de 11/07/2014. Os Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão, demais, abstenções, se manifestem. Ata aprovada. Eu vou fazer a leitura de todos os itens da Pauta, os Conselheiros que desejarem destaque eu peço que se manifestem e identifiquem ao microfone. Item **5. Processo Administrativo para exame de Alteração de Condicionante de Revalidação da Licença de Operação - Concedida “Ad Referendum”**: 5.1 Seara Alimentos Ltda. - Abate de animais de pequeno porte e processamento de subprodutos de origem animal para produção de sebo, óleos e farinhas - Uberaba/MG - PA/Nº 00041/1981/006/2010 - Classe 6. Apresentação: Supram TMAP. Destaque Ministério Público. Item **6. Processos Administrativos para exame da Licença de Operação Corretiva**: 6.1 Frigorífico São Pedro Ltda. - Abate de animais de médio e grande porte (suínos, ovinos, caprinos, bovinos, equinos, bubalinos, muares) - Uberlândia/MG - PA/Nº 002607/2005/003/2012 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. Destaque Ministério Público. 6.2 Guilherme Carneiro e Outros / Fazenda Platô Azul – Silvicultura, cafeicultura e citricultura - Tiros/MG - PA Nº 03538/2007/002/2013 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. 6.3 Los Pampas Comércio de Derivados do Petróleo Ltda. - Posto Revendedor de Combustíveis - Prata/MG - PA/Nº 01956/2001/003/2011 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Item **7. Processo Administrativo para exame do Adendo à Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação - “Ampliação”**: 7.1 Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração/CBMM - Metalurgia dos metais não-ferrosos em formas primárias, inclusive metais preciosos - Araxá/MG - PA/Nº 00033/1981/055/2011 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Item **8. Processo Administrativo para exame de Autorização para Intervenção Ambiental em Área de Preservação Permanente sem Supressão de Vegetação Nativa e Supressão de Cobertura Vegetal Nativa sem Destoca - “Determinação Judicial”**: 8.1 Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais-CODEMIG - Distrito Industrial e zona estritamente industrial - Araguari/MG - AIA Nº 4207/2014 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. Vou colocar em votação os itens 6.2; 6.3; 7.1 e 8.1. Os Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão, demais, abstenções, se manifestem. Itens Aprovados. Retornamos ao item 5.1 destaque Ministério Público. Bom dia, CARLOS VALERA (PGJ): Senhora presidente, é mais até um esclarecimento. Eu vi aqui que foi concedida, pelo senhor Secretário, uma licença “Ad Referendum” pela intervenção. Então, eu gostaria de me valer do Jurídico da SUPRAM, para saber quem nós poderíamos consultar para que fosse apontada a base jurídica por esse “Ad Referendum” para intervenção. Isso tem nos preocupado sobremaneira, essa discussão ocorreu quarta-feira, não é doutor João? Lá em Uberaba. Não é que nós sejamos contra, eu gostaria que a SEMAD me informasse qual o regramento jurídico que está apoiando o “Ad Referendum” de intervenções. Porque nós corremos um risco terrível, de que o Secretário ou alguém dar a intervenção e o Conselho votar contra. A intervenção já foi feita. Então, eu gostaria de colocar essa preocupação e que obtivéssemos uma resposta formal da SEMAD sobre essa questão. MARINA (PRESIDENTE): A gente vai fazer a consulta, o “Ad Referendum” é um ato do Secretário e a gente traz na próxima reunião conforme a disponibilidade, se a SEMAD disponibilizar. Mas assim que disponibilizar a gente traz para o



Conselho. Kamila? KAMILA (SUPRAM): Doutor Carlos e Senhores Conselheiros, a previsão da concessão do “*Ad Referendum*”, ele tanto está no Regimento Interno do COPAM como no Decreto 44.667, que estabelece que antes da Consulta do Conselho da unidade julgadora, o Presidente, considerando os casos de urgência, assim fundamentado e motivado, ele poderá “*Ad Referendum*” da decisão de vocês, conceder esses atos autorizativos. O “*Ad Referendum*” que inclusive já está com o empreendedor tem toda fundamentação legal, doutor Carlos, eu não tenho aqui para poder citá-los um a um, mas depois eu posso te passar. CARLOS VALERA (PGJ): Kamila, mas me corrija. Essa previsão é para Licença não para Intervenção. KAMILA (SUPRAM): Eu vou olhar aqui agora. Só um instante. MARINA (PRESIDENTE): Doutor Carlos, enquanto a Kamila verifica aqui o Decreto, a gente pode passar para o item 6.1. CARLOS VALERA (PGJ): Claro, senhora Presidente; o 6.1 só observando aos Senhores Conselheiros, que é um empreendimento Classe 5, então eu gostaria de fazer a propositura da Condicionante da Lei do SNUC, com a redação padrão da SUPRAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. MARINA (PRESIDENTE): Então, conforme a gente faz sempre, eu vou colocar em votação a Licença e faço a leitura posteriormente. Caso seja aprovada a licença, faço a leitura de proposta de Condicionante e a gente vota a Condicionante. Então, eu coloco em votação o item 6.1, os Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão, demais, abstenções, se manifestem. Item aprovado. Farei a leitura agora da proposta de Condicionante: “*Protocolar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF (Instituto Estadual de Florestas), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da licença, processo de Compensação Ambiental, conforme procedimentos estipulados pela Portaria IEF número 55 (cinquenta e cinco) de 23 (vinte e três) de abril de 2012 (dois mil e doze)*”. Coloco em votação a Condicionante. Os Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão, demais, abstenções, se manifestem. MÁRCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): Abstenção. RUI RAMOS (FIEMG): Abstenção. MARINA (PRESIDENTE): Então, fica aprovada a inclusão da Condicionante com 02 (duas) abstenções registradas. Voltamos ao item 5.1. KAMILA (SUPRAM): Conforme havia dito, a previsão legal está no Decreto Estadual 44.667 que vem trazer aqui no seu Artigo 8º que compete ao Presidente do COPAM “*decidir casos de urgência ou inadiáveis, do interesse ou salvaguarda do Conselho, “Ad Referendum” da unidade competente do COPAM, mediante motivação expressa constante do ato que formalizar a decisão*”. Então, é com base nesse Decreto que se concede “*Ad Referendum*” específicos para quem solicita. CARLOS VALERA (PGJ): Respeito o posicionamento da SUPRAM, mas não concordo com ele. Porque salvo engano, esse dispositivo se refere a Licenças. Nós estamos tratando aqui de intervenções e a intervenção, sabemos que está balizada pela CONAMA 369 e no Estadual pela DN 76. Então, eu vou insistir, senhora Presidente, que esse questionamento seja feito formalmente ao Secretário para que eventualmente nós possamos achar a justificativa ou então adotar as medidas que nós entendermos necessárias. KAMILA (SUPRAM): Esse dispositivo é genérico, doutor Carlos, ele inclusive se prestaria a conceder “*Ad Referendum*” para os processos vinculados à Classe 1 e 2, que são os processos vinculados à COPA, que também o Conselho ele vem somente autorizar as intervenções ambientais. CARLOS VALERA (PGJ): Volto a insistir Kamila, respeito, mas não concordo. Primeiro, porque é muito simples o “*Ad Referendum*” é uma medida excepcionalíssima que subtrai a competência do Conselho. Isso por si só é preocupante, porque se a gestão é democrática, não pode o Secretário ou quem quer que seja mande um militar e determinar. Obviamente que existem casos que isso se justifica plenamente. Então, como eu digo, é uma regra, na minha visão, de absoluta excepcionalidade. E segundo, o regramento está na CONAMA 369 e na DN e lá não há previsão. E como nós estamos tratando de uma questão específica, salvo melhor juízo, nós temos que aplicar o princípio da especialidade, ou seja, é a



norma específica que trata da intervenção e não a norma genérica que trata do licenciamento. Pelo menos essa é a minha leitura. Mas, como eu disse, respeito; mas gostaria de ouvir a posição da SEMAD. Muito obrigado. SIDNEI (SEDRU): Só queria um esclarecimento. Tem como o pessoal da SUPRAM informar qual foi a Condicionante que foi feita a alteração? BRUNO (SUPRAM): A Condicionante que foi alterada é a Condicionante número 01 (um) que contém o seguinte texto: “Comprovar as obras de impermeabilização de todas as lagoas que fazem parte do sistema de tratamento de efluentes líquidos, conforme apresentado no projeto nos estudos. Lembrando que de acordo com o cronograma apresentado o início deverá ser em Janeiro de 2011 e o término em Janeiro de 2013”. Esse é o texto da Condicionante número 01 que está sendo alterada. SIDNEI (SEDRU): E essa alteração foi analisada tecnicamente se teria algum problema ou se pode ser aceita sem nenhum prejuízo? BRUNO (SUPRAM): Claro, o objeto do parecer foi exatamente analisar o termo técnico em relação a essa alteração, se atenderia o caso ou até melhoraria as condições de tratamento de efluentes. Ai nesse caso, o empreendedor apresentou um projeto, igual está descrito aqui no texto; que ele vai passar de um projeto anaeróbico para o um projeto de tratamento aeróbico e anaeróbico. Então, dentro do que foi apresentado no projeto, vai ter um ganho em relação ao tratamento de efluente. SIDNEI (SEDRU): Ok. HÉLIO (POLÍCIA MILITAR): Só para registrar, Senhora Presidente, eu também adiro ao Ministério Público, com relação aos termos colocados. MARINA (PRESIDENTE): Bom, então, eu vou colocar em votação o item 5.1, os Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão, demais, abstenções, se manifestem. CARLOS VALERA (PGJ): Abstenção. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Abstenção, pelos mesmos motivos que o doutor Carlos Valera mencionou. FREI RODRIGO (AMEDI): Abstenção, pelos mesmos motivos já relatados. SARGENTO HÉLIO (POLÍCIA MILITAR): Abstenção, pelos termos já explanados. MOISÉS (FETAEMG): Abstenção. JOSÉ ROBERTO (SEAPA): Abstenção. REGINALDO (UFU): Abstenção. FRANCO (IBAMA): Abstenção, por concordar com o doutor Carlos Valera. MARINA (PRESIDENTE): Bom, então, fica aprovado o Item 5.1 com 08 (oito) abstenções registradas. **9. Encerramento:** Bom, dessa forma chegamos ao final da nossa pauta. Agradeço a presença de todos, tenham um bom dia. Nada mais havendo a tratar, após a Presidente agradecer a presença de todos encerrou-se a reunião e eu, Rogério Garcia Caetano, lavrei a presente Ata que segue por ela assinada. Uberlândia, 08 de agosto de 2014.

---

MARINA SARDINHA MACHADO – (presidente suplente)